

Institucionalização da pesquisa educacional no Brasil: Análises e debates para a problematização de um processo

Alexandre Augusto e Souza¹

Professor da Faculdade de Educação/Programa de
Pós-Graduação em Educação (UERJ)

RESUMO

O tema deste artigo é a pesquisa educacional, especificamente a institucionalização da pesquisa educacional no Brasil. O objetivo é identificar o processo de institucionalização da pesquisa educacional no Brasil, a partir de análises e debates vinculados à institucionalização desta atividade de pesquisa, bem como problematizar este processo. Desse modo, o problema abordado refere-se a compreensão do processo que institucionaliza a pesquisa educacional no Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. O periódico *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) é o material empírico de indicação dos debates sobre a temática ora em questão. No apoio às leituras quanto aos debates selecionados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) e à compreensão da institucionalização no Brasil, considerou-se as análises de Florestan Fernandes sobre as transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo do século vinte, que repercutiram diretamente em sua conformação institucional. Argumenta-se que a constituição de instituições de pesquisas educacionais no Brasil, assim como a dotação de seus contornos funcionais, estão diretamente vinculados a uma nova configuração das relações econômicas e sociais no país, a partir da inserção do Brasil ao sistema capitalista em expansão.

Palavras-chave: institucionalização, pesquisa educacional, Florestan Fernandes, RBEP.

ABSTRACT

INSTITUTIONALIZATION OF EDUCATIONAL RESEARCH IN BRAZIL: ANALYSES AND DISCUSSIONS FOR PROBLEMS OF A PROCESS

¹ Graduado em Design Gráfico pela UNESA e graduando em Pedagogia pela UERJ. Membro do Grupo de Pesquisa *Episteme* (Programa de Pós-Graduação em Educação/UERJ). Sob orientação da Prof^a Dr^a Siomara Borba, Professora da Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação (UERJ).

The theme of this article is educational research, specifically the institutionalization of educational research in Brazil. The goal is to identify the process of institutionalization of educational research in Brazil, from analysis and debate linked to the institutionalization of this research activity as well as discuss the process. Thus, the problem addressed refers to understanding the process that institutionalizes educational research in Brazil. This is a bibliographic research. The journal *Journal of Pedagogical Studies (RBEP)* is the empirical material indication of the discussions on the subject at issue here. In supporting reading about the debates selected in the *Journal of Pedagogical Studies (RBEP)* and understanding of institutionalization in Brazil, considered the analysis of Florestan Fernandes about the changes occurred in Brazilian society throughout the twentieth century, which have affected directly institutional conformation. It is argued that the establishment of educational research institutions in Brazil, as well as the allocation of its functional contours are directly linked to a new configuration of economic and social relations in the country, from the insertion of Brazil to the capitalist system expansion.

Keywords: institutionalization, educational research, Florestan Fernandes, RBEP.

Apresentação

A institucionalização da pesquisa educacional tem constituído minha temática de pesquisa. É desenvolvida por meio da identificação e no exame bibliográfico sobre a pesquisa educacional, com o enfoque na problemática do processo de sua institucionalização.

Enquanto pesquisa educacional, segundo Sílvio Gamboa (1987), em tese sobre a problemática das abordagens epistemológicas presentes em pesquisas educacionais, trata-se de um tipo de estudo que tem como objeto a própria pesquisa educacional. Estudos que foram inaugurados no Brasil, segundo Gamboa (1987), nos anos de 1970, através de Aparecida Gouveia, em artigo publicado em 1971, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*.

Assim como a temática da pesquisa educacional, podemos partir de um entendimento inicial sobre o tema da institucionalização, em artigo de Lídia Alvarenga (2000), publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*. Para Alvarenga (2000), a institucionalização está vinculada ao processo de expansão de uma área ou campo

de atividade. Expansão que desencadeia a formalização e inserção de uma atividade, de pesquisa educacional, no sistema geral de conhecimento.

Neste artigo busca-se compreender a institucionalização da pesquisa educacional no Brasil, enquanto resposta a uma série de mudanças econômicas e políticas. Entende-se que a institucionalização não comporta apenas a discussão sobre as próprias instituições. O estudo da institucionalização engloba outros aspectos presentes na sociedade e que lhes são determinantes. Compreensão que buscamos nas análises de Florestan Fernandes, bem como nos debates selecionados no periódico *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP). Periódico criado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), em 1944, no contexto de uma sociedade em mudanças.

A partir das análises em Florestan Fernandes busca-se compreender os elementos que impõem e/ou suscitam o fenômeno da institucionalização das atividades coletivas, considerando a inserção da sociedade brasileira ao sistema capitalista em expansão. Por meio dos debates identificados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), busca-se os aspectos que constituíram e impulsionaram a institucionalização e o desenvolvimento da pesquisa educacional, enquanto atividade social no país.

De acordo com Alvarenga (2000), a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), é uma publicação científica direcionada ao campo da educação. Desde então, se dedica a publicar artigos inéditos de natureza técnico-científica, resultantes de estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento do conhecimento educacional e que ofereçam subsídios às decisões políticas na área. Para Alvarenga (1996, p.95), em tese produzida sobre a institucionalização da pesquisa educacional, a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), tornou-se uma referência para a pesquisa no campo da educação, “[...] por sua antiguidade, por seu âmbito nacional de circulação, por sua vinculação oficial ao Estado e por seu objetivo de garantir uma representatividade nacional na educação.”

Dentro de um cenário onde a sociedade capitalista dirige novas formas de pensar a vida em coletividade, bem como a forma de funcionamento das mais variadas instituições,

a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), tornou-se representante do pensamento educacional reformador, traduzindo e/ou publicando textos com vistas a resolução de problemas sobre a educação no país. Nesse sentido, o periódico abrange uma variedade de temas, que referem-se direta e/ou indiretamente a dimensão institucional da pesquisa educacional.

Pelo caminho temático (pesquisa educacional) e cronológico (período de 1944 a 1965), definiu-se o contato com a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP). Identificou-se os artigos e seus respectivos debates, a partir de seus títulos e/ou palavras-chave, pertencentes à seção *ideias e debates*, através dos descritores pesquisa educacional e/ou pesquisa em educação. Seção destinada a publicação de pesquisas educacionais realizadas dentro e fora do país.

O período delimitado (1944-1965), utilizado para seleção dos artigos e seus respectivos debates, refere-se a publicação do primeiro número da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), no ano de 1944. O ano de 1965 refere-se ao período de organização dos cursos de pós-graduação no país, através do chamado parecer Sucupira. Parecer emitido em nome do Conselho Federal de Educação, número 977/65, aprovado em 3 de dezembro do mesmo ano. Segundo Cury (2005), deveria se conferir à universidade no Brasil, não apenas a função institucional de formação de profissionais, mas também em centro criador de ciência e cultura. Momento importante da institucionalização da pesquisa educacional no Brasil, em que se ganhou um novo contorno institucional para esta atividade.

No apoio a identificação dos debates na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) e para compreensão do processo de institucionalização das atividades sociais no Brasil, consideramos as análises de Florestan Fernandes. Análises sobre as transformações econômicas e políticas ocorridas ao longo do século vinte no país, que repercutiram diretamente na conformação de suas instituições. Este trabalho considera as análises de Florestan Fernandes como fundamentais para o entendimento da institucionalização, inclusive sobre a institucionalização da pesquisa educacional. Deste modo, buscamos

referências contextuais em Florestan Fernandes, como auxílio para o alcance do objetivo deste artigo.

Entende-se que para compreender a institucionalização da pesquisa educacional, seja importante o entendimento geral sobre as mudanças que ocorreram na sociedade brasileira, especialmente quando relacionadas a integração desta mesma sociedade ao sistema capitalista em expansão. Naquele período, foram criados o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), em 1938 e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), em 1956, produtos deste mesmo processo.

1- O institucional como mecanismo reorganizador de uma sociedade em mudanças e a educação como partícipe desse processo.

Para Florestan Fernandes, afirma Miriam Cardoso (1996), a discussão sobre o processo de mudança é o problema capital de análise, especialmente quanto ao padrão de organização assumido por uma sociedade ao longo deste processo. Para Cardoso (1996), em Fernandes, a realidade social é histórica, sempre se transforma e para conhecer essas mudanças, é necessário o conhecimento de seus determinantes e das condições de sua época. Determinantes traduzidos pela vida material, especialmente pela forma de produção material de uma época. Florestan Fernandes privilegiou uma análise política da sociedade brasileira nesses estudos.

De acordo com Florestan Fernandes (1974), a organização da vida é condicionada ao meio material que nos circunda. As pessoas estão vinculadas a partir de formas de organização material a qual elas pertencem. Estas fixam tarefas e problemas que são constituídos ao longo do tempo. Fernandes (1976, p.132), afirma que na vida em comum, enfrentamos desafios que derivam originalmente da organização material a qual a vida é submetida, pois: “[...] todas as sociedades possuem e enfrentam [...] dilemas: [...] que são universais e derivam de padrões materiais [...]”.

Uma sociedade se constitui e se desenvolve através e em torno da produção material coletiva. Segundo Fernandes (1981), o ato fundamental de constituição dos indivíduos e de toda a sociedade é a capacidade de produzirem seus meios de existência e de modificarem sua forma de produzir ao longo da história. Para Fernandes (1981), a análise de uma sociedade tem como ponto de origem as transformações do processo produtivo que esta sociedade sofre.

A realização de análises certamente não se restringem ao processo produtivo, mas toma-o como elemento indispensável ao estudo das sociedades em seu tempo. Elemento central de entendimento das alterações para a vida coletiva e cotidiana, a atividade material tornou-se caminho para compreender as mudanças proporcionadas no ritmo da vida de toda uma população, nas formas de compreensão de suas respectivas mudanças, bem como das ações implementadas por conta de suas alterações.

Florestan Fernandes (1974), destacou à exemplo da sociedade brasileira do século vinte, uma sociedade visivelmente em transição a um novo modo de produzir e viver materialmente. Identificou a transição de uma sociedade colonial para uma sociedade capitalista e a reconfiguração institucional desta mesma sociedade. Reconfiguração direcionada para orientação da vida cotidiana, às novas relações objetivas, de reorganização das atividades, em consonância com as necessidades dos novos modos de produzir e viver coletivamente. Fernandes (1981), identifica no Brasil, a adaptação de um fenômeno originalmente europeu, reproduzido aqui sob uma forma particular. Para o autor, ocorreu a internacionalização do capital e sua influência direta na reorganização da economia e da sociedade no país.

Fernandes (1974), justifica a incorporação do Brasil ao capitalismo, em virtude da crise do modo de produção e de acumulação do modelo econômico então em vigência. Nesta situação, há a necessidade de implantação de um novo modelo de acumulação, que propicie a conciliação de certas relações econômicas e políticas. Implementação e expansão impulsionadas pela mundialização do capitalismo, por meio da ampliação e diversificação do comércio de produtos industrializados.

Podemos compreender em Fernandes (1981), que sempre ocorrerá um processo conturbado de implementação/expansão para um novo modo de produzir e viver. Processo caracterizado pela incorporação de toda uma sociedade aos interesses de uma classe em formação. Para Cardoso (1996), este modo de dominação cunhou o tipo de desenvolvimento institucional, ao longo do processo de transição para novos modelos de organização econômica e política no Brasil.

De acordo com Fernandes (1973), a partir de um novo sistema de produzir e viver, busca-se um processo de alteração planejado/ideal de vida, exigindo adaptações a uma nova rotina em formação, que causa estranhamento e ausência de sentidos. Para Fernandes (1974), deste modo, promove-se uma frágil identificação com o ritmo de vida parcialmente difundido ou em difusão. Fragilização social que, de acordo com Fernandes (2011), é contraposto pela implementação de concepções econômicas, técnicas e instituições, essenciais para o intercâmbio e a associação entre sociedades com base em modelos similares de produção e de vida comum.

A partir de novas demandas de ordem econômico, política e social, a institucionalização tornou-se parte enquanto mecanismo de reordenação e orientação das atividades. Segundo Fernandes (2011, p.179), “Ao absorver o capitalismo como sistema de relações de produção [...] a sociedade desenvolve uma ordem social típica, que organiza institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico [...] e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes.”

Desta forma, segundo Fernandes (1974), nossa compreensão da realidade e nossas respectivas ações, estão diretamente atreladas ao arranjo produtivo de uma sociedade e refletem diretamente nas formas de organização das atividades. Para Fernandes (1971), nossas ações adquirem uma feição essencialmente objetiva e relaciona-se sempre em função das condições de vida em comum a qual pertencemos. A vida material, as condições de existência e as experiências adquiridas com estas, são conseqüentemente refletidas nos hábitos que nos constituem:

O raio de previsão, a capacidade de relacionar meios e fins em seu desdobramento no tempo e segundo critérios objetivos de eficácia, o próprio poder criador da vontade ou do pensamento, são elementos que se organizam exteriormente ao sujeito e determinam o seu modo de ajustamento prático. (FERNANDES, 1981, p.185)

Em Fernandes (1974), nossas ações são constituídas pelas experiências que nos são diretamente acessíveis, prendem-se as explicações na vida material em comum. A interpretação do mundo exterior, afirma Fernandes (1976), é construída em sua base, graças ao modo de encarar os objetos que nos são imediatos, levando-se em conta a delimitação das condições materiais de existência e do modo de vida material predominante. As pessoas, segundo Fernandes (1966), agem de acordo com as condições objetivas presentes, contando para seu ponto de partida com essas condições objetivas:

Todo indivíduo se acha, pois, predeterminado, em um duplo sentido, pelo fato de se ter desenvolvido dentro de uma sociedade; de um lado encontra uma situação estabelecida, e de outro acha nessa situação modos performados de pensamento e conduta. (FERNANDES, 1974, p.114)

Para Fernandes (1976), uma coletividade sempre está despreparada para lidar com o tempo das mudanças, com as conformações do tempo em que estas ocorrem. A capacidade de entendimento das mudanças revelou-se uma tarefa longa e complicada. Ainda mais complexo, mais longo, mais difícil, é o domínio desses acontecimentos e a sua aplicação prática. Problemas que decorrem, de acordo com Cardoso (1996), de entraves que pertencem ao plano objetivo da realidade, os quais promovem reações adversas ao esperado. As pessoas deparam-se com uma realidade que lhes parece hostil. Não é possível diante deste quadro, o questionamento das condições e do que perceptivelmente se impõe.

Para Fernandes (1976), torna-se inviável, a partir de novas condições objetivas, o funcionamento rotineiro das atividades já estabelecidas em uma sociedade. Verifica-se a urgente necessidade de intervenção planejada sob as mudanças em curso, para

reorganização da vida cotidiana, para a formação de novas aspirações na vida em comum. Planejamento conferido as atividades institucionalizadas, em constituir novos caminhos para a resolução de novos problemas.

O desafio, de acordo com Fernandes (1975), é ampliar a capacidade de observação sobre os aspectos que regulam e produzem o encadeamento dos fenômenos. Significa construir e organizar as experiências acumuladas, no intuito de ampliar a capacidade de interrogação até onde os sentidos não conseguem penetrar por si mesmos. Explicação que só é possível pela acumulação das experiências, sua ordenação e suas constantes reformulações, diante de fatos novos. De acordo com Fernandes (1974), as instituições tornaram-se um mecanismo capaz de captar, dirigir e aproveitar o *animus comuns* de uma sociedade em seu tempo histórico.

Em Fernandes (1981), o institucional é parte importante para análise de uma sociedade. As instituições, como mediadoras, são parte irradiante de novas técnicas e, impulsionadoras do processo de massificação de padrões. Visam, segundo Fernandes (1981), em alterar o comportamento conjunto de uma coletividade, de modo regular, marcadamente em hábitos motores, através de atividades rotineiras. Ações construídas a partir de referências objetivas, as quais se tornarão normas de ação, mas também de explicação para o que escapa e quebra a rotina:

[...] à institucionalização [...] [que] garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. (FERNANDES, 1981, p.81)

De acordo com Fernandes (1966), as instituições educacionais foram construídas a partir de novos contornos funcionais, exigidas pela configuração e complexificação das relações em sociedade. Concretamente, essa configuração teve origem na expansão e diversificação material de uma sociedade e das relações objetivas correspondentes, que demandaram novos modos de conduzir e consolidar novas atividades para a vida diária.

Neste aspecto precisa-se da educação, afirma Fernandes (1966), para mobilizar a massa populacional, para inserir cada membro no sistema material de vida vigente, de incentivar novas formas de relações para atuação conjunta, impostas pela gradual expansão do universo material que lhe foi potencialmente acessível. Para Fernandes (1966), a educação como fenômeno está vinculada a transmissão de uma prática, de ampliar a esfera de influência cotidiana de uma atividade e de contribuir para a formação de modos de entendimento do presente.

Segundo Fernandes (1966), cada pessoa encontra-se desde o nascimento, sob a influência de determinados objetos e práticas e a educação, de modo organizado e formalizado, consiste em dar-lhe a conhecer estas influências e proporcionar sua assimilação, acumulados e aceitos na vida em comum. Para Saviani (2008, p.383), “Nos termos indicados, a educação será concebida como um subsistema cujo funcionamento eficaz é essencial ao equilíbrio do sistema social de que faz parte.”

2- Os debates sobre a institucionalização da pesquisa educacional, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*: 1944 a 1965.

Na seção ideias e debates, da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, no período de 1944 a 1965, encontramos discussões sobre a institucionalização da pesquisa educacional. Especificamente, buscou-se nesses debates, a identificação de elementos sobre esse processo. Verifica-se que os debates, acerca da institucionalização da pesquisa educacional, abrangeram discussões sobre as instituições e sobretudo, quanto a relação da pesquisa com os contextos sociais da época.

A institucionalização da pesquisa educacional, vincula-se e ganha contornos, a partir do tipo de desenvolvimento que ocorre em uma sociedade. Funções privilegiadas, como a conquista de uma escala mínima de regularidade, a formação de referenciais para a vida diária, de intervenção planejada e de nivelamento entre as pessoas para atuação na vida cotidiana. Aspectos que, presentes nos debates, privilegiaram a construção de

parâmetros e padrões para a prática de pesquisa educacional, contribuindo para sua coesão e delimitação no quadro geral de atividades.

Nos debates selecionados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), para o entendimento do processo de institucionalização da pesquisa educacional, identificam-se seis tópicos: [1] o papel social das instituições de pesquisas educacionais; [2] a constituição e organização das instituições de pesquisas em educação; [3] a comunicação entre as instituições de pesquisas educacionais; [4] o financiamento das instituições de pesquisas educacionais; [5] os modelos de pesquisas a serem adotados pela pesquisa educacional desenvolvida em âmbito institucional; [6] a formação de pesquisadores educacionais.

As seis discussões mencionadas acima, são as que mais estiveram presentes nos debates, quando em referência a institucionalização dessa mesma pesquisa. São questões, que presentes nos debates, possibilitam a construção de caminhos para o entendimento do processo de institucionalização da pesquisa educacional. Apesar de não oferecerem análises diretas sobre a institucionalização, os debates abrem a possibilidade de discussão quanto a institucionalização dessa pesquisa, a partir de sua inserção temática, em um quadro mais amplo de preocupações, quanto ao desenvolvimento de uma nova atividade em expansão.

As discussões selecionadas fazem referência à pesquisa educacional, através das dimensões social, institucional e procedimental. Significa que a própria pesquisa educacional tornou-se assunto dos autores identificados. Uma busca quanto ao significado da pesquisa, seus objetivos e procedimentos investigativos a serem instituídos e padronizados. De modo geral, os debates irão refletir a busca desta atividade, de pesquisa educacional, em oferecer respostas à certas demandas formativas, de uma sociedade em transformação.

Em relação as questões de ordem social, para o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1956), havia pouca aceitação dos resultados de pesquisas educacionais, enquanto subsídio para a construção de políticas públicas em educação. Entendia-se que esta situação, era reflexo de uma atividade recente, de pesquisa educacional, não firmada

em métodos próprios de investigação. Deste modo, a pesquisa educacional era considerada inadequada para resolução satisfatória de muitos problemas educacionais. Segundo Inep (1956, p.135), havia a “Falta generalizada de apreciação do valor da pesquisa educacional, não só entre o público esclarecido, mas entre os próprios educadores [...]”. Obstáculo e desafio para a institucionalização da atividade de pesquisa em educação.

Em se tratando de questões institucionais, de acordo com Inep (1956), havia à época, a necessidade de ampliação do acesso aos sistemas escolares, do ensino elementar ao superior, conforme recomendação da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Declaração constituída no âmbito das Nações Unidas, no ano de 1945, em que o Brasil era signatário. Segundo Inep (1956, p.141), a pesquisa educacional “[...] raras vezes foi chamada a colaborar na reforma [educacional].”

Para alteração do quadro anteriormente citado, segundo Joseph Lauwerys (1963), era fundamental que as pesquisas educacionais fossem amparadas pelo Estado, com forma de impulsionar sua institucionalização. Este fator foi considerado importante para o fortalecimento institucional da pesquisa educacional. O resultado seria a ampliação de temas para a pesquisa educacional, parte do processo de amadurecimento da pesquisa e de sua solidificação como área de estudos sistematizada. Segundo Lauwerys (1963), esperava-se da pesquisa educacional subsídios para a tomada de decisões e para o planejamento dos administradores públicos. Para Lauwerys (1963, p.32), “O que os organizadores e administradores educacionais necessitam é da espécie de informação baseada em pesquisas com que pode contar um moderno fabricante.”

Em se tratando de questões procedimentais para a pesquisa educacional, segundo Eric Hylla (1956, p.78), o grande problema enfrentado foi a presença de uma “[...] menor unidade de pontos de vista sobre a natureza e as funções da pesquisa educacional [...]”. De acordo com Hylla (1956), haviam divergências elementares sobre a natureza das pesquisas educacionais e quanto a finalidade da própria educação. Eram comuns os debates sobre a capacidade das pesquisas educacionais em subsidiar o processo educativo, especificamente quanto à formação, conformação e aprimoramento dos sistemas educacionais.

De acordo com Hylla (1956), na pesquisa educacional predominavam raciocínios especulativos, sujeitos à influências de crenças pessoais e convicções irracionais. Também, afirma Hylla (1956), muitos ainda confundiam os processos de investigação em educação com os processos de investigação realizados nas ciências naturais. Segundo Lauwerys (1963), refletia-se em uma pesquisa educacional teoricamente defasada e demasiadamente individualizada em sua produção e execução. As pesquisas educacionais tornaram-se, de acordo com Lauwerys (1963, p. 32), “[...] [em] floreadas declarações de opinião, apoiadas em dúvidas, obscuras e dogmáticas afirmativas e apelos à tradição”.

Diante das questões apresentadas quanto a pesquisa educacional, especificamente quanto a institucionalização desta pesquisa, podemos identificar um conjunto de questões que dão corpo às discussões da época (1944-1965) e que estão presentes neste periódico (RBEP). São debates que tratam em sua origem, da massificação do acesso à educação, enquanto demanda por incorporar um grande quantitativo de pessoas, em um sistema educacional inadequado a uma nova realidade social. Inadequação que passava não somente quanto a estrutura física e administrativa, mas também, quanto aos métodos de ensino e as necessidades de aprendizagem então urgentes.

Os debates quanto a pesquisa educacional na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), nos remete a vinculação desta pesquisa a formação e/ou desenvolvimento de sistemas educacionais mais amplos. Elevou-se o patamar de problemas destes sistemas em sua complexidade, gerando ações mais especializadas. Desta forma, identificam-se conexões entre a pesquisa educacional, sua institucionalização e as mudanças em sociedade. Nisto, os autores buscaram projetar o processo de desenvolvimento em curso, para a atividade de pesquisa. O intuito visou a compreensão sobre o quadro de inserção mais amplo desta atividade, quanto às relações econômicas e políticas que se tornavam predominantes. Demonstrou-se a necessidade de se constituir novas práticas de pesquisa, a constituição de novos campos de estudos. Práticas de pesquisa que passaram a utilizar-se da ciência como referencial e parâmetro de condução das investigações.

3- Institucionalização da pesquisa educacional: problematizações a partir das análises em Florestan Fernandes e dos debates na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP).

Quanto a institucionalização da pesquisa educacional, propõe-se a identificação dos debates, em textos selecionados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP). Também propõe-se em identificar análises sobre as transformações sociais no Brasil, especialmente sobre o processo de institucionalização em Florestan Fernandes. Desse modo, identificamos aspectos gerais, referentes ao processo de institucionalização das atividades sociais, bem como os aspectos que conferem a especificidade da atividade de pesquisa educacional nesse mesmo processo.

Pretende-se, através dos elementos identificados nos debates na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP) e de análises em Florestan Fernandes, constituir um panorama básico sobre um processo - a institucionalização da pesquisa educacional no Brasil - assim como as problematizações iniciais desse processo. Parte-se do entendimento de que a construção de um processo e sua problematização, em se tratando da institucionalização da pesquisa educacional, esteja vinculada a uma sociedade em mudanças. A vinculação entre a pesquisa educacional e a sociedade em mudanças, tornou-se uma aproximação inevitável, em virtude das demandas de formação para novos cenários econômicos e políticos que se consolidavam, sobretudo com a expansão do sistema capitalista no país.

De modo geral, o quadro demonstrativo deste processo, bem como o de sua problematização, podem ser classificados a partir de duas dimensões: a social em transformação e a procedimental de uma atividade. O primeiro aspecto refere-se a integração da sociedade brasileira ao sistema capitalista em expansão, levando-se em consideração o tipo de sociedade (patrimonialista e autocrática), inserida dentro de uma perspectiva política e econômica, formada por elementos de atuação diversa a este sistema (de herança colonial escravocrata). O segundo aspecto refere-se a integração de uma

atividade em expansão – a de pesquisa educacional - em fase de formalização e normatização de suas ações. São duas dimensões que estão diretamente interligadas e que sofrem influência recíproca.

Na [1] dimensão social para a pesquisa, inicia-se a problematização do processo de institucionalização, a partir do modo de inserção do Brasil ao sistema capitalista internacional, em expansão. Período de transição do capitalismo para sua fase de mundialização e que abrangeu o Brasil em seu processo de expansão internacional. Para esta compreensão, deve-se identificar os traços mais gerais do sistema colonial que imperou no Brasil ao longo de quatro séculos e que manteve boa parte de suas características econômicas, políticas e sociais em nossa sociedade, ainda presentes em sua fase de integração ao sistema capitalista. No Brasil, para Fernandes (1975, p.33): “O estatuto colonial foi condenado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional”.

Pode-se entender a partir das análises de Florestan Fernandes, duas caracterizações da sociedade brasileira sendo, a do patrimonialismo, no aspecto econômico e da autocracia, no aspecto político. Caracterizações que refletem diretamente no processo de acentuação da desigualdade, na formação histórica da sociedade brasileira e no perfil constitutivo e operacional das instituições nacionais. A desigualdade econômica e política no Brasil fomentou todo processo de ausência participativa, de cunho popular. Uma nação que se constituía ao longo de sua inserção a uma nova forma de produzir e viver e, que necessariamente precisava envolver toda sua coletividade nesse mesmo processo. Para o capitalismo se realizar enquanto sistema, é necessário incorporar sua população a este novo modo de produzir e viver.

Deste modo, a problemática que esta pesquisa suscita, no âmbito social em mudanças e que vai constituir de modo geral a institucionalização da pesquisa educacional no Brasil trata-se, da fragilização de uma sociedade tradicionalmente alijada dos processos decisórios na vida econômica e política. De acordo com Fernandes (2011, p.51), este problema esteve relacionado quanto “[...] a perpetuação de estruturas do mundo colonial –

da escravidão à extrema concentração de renda e ao monopólio do poder por reduzidas elites, com marginalização permanente da enorme massa de homens livres [...]”. Esta característica suscitará outra problematização para a pesquisa educacional em sua institucionalização, e refere-se a fragilidade institucional pela qual é formalizada/normatizada esta atividade social no país.

Quanto a ideia de fragilidade social, a pesquisa traz indicações em Florestan Fernandes (1971, 1974, 1976), e entende que a fragilidade não somente está atrelada ao processo de participação política institucional, mas também, refere-se a ausência de identificação com a vida cotidiana, com o ritmo de vida difundido e/ou em difusão, por um ideário vinculado a um novo modo de produzir e de viver. Refere-se a nossa incapacidade de corresponder ordenadamente as mudanças que se completam a nossa volta. Significa em Fernandes (1974), a ausência de referências para nossas ações, quando é interrompida a transmissão de experiências já sedimentadas.

A constituição de uma dimensão social para as instituições de pesquisas educacionais, passa pela existência de necessidades em desequilíbrio, quanto a relação formação e trabalho. Relação fundamental para o equilíbrio da ordem política do capital, tais instituições, a partir do exposto anteriormente, não representarão ou mesmo terão a capacidade de dar respostas para os problemas de sua época.

Uma segunda dimensão de problemas sobre a institucionalização da pesquisa educacional, refere-se aos [2] aspectos procedimentais para a pesquisa. Tratam-se de questões que emergem quanto ao desenvolvimento da pesquisa educacional e que neste caso, vinculam-se simultaneamente (sua institucionalização) ao quadro social constituído no país ao longo do século vinte. O problema central nesta dimensão está na fragilidade das instituições de pesquisas educacionais, no contexto social de constituição e de funcionalidade destas instituições.

Fato marcante que demonstrou a fragilidade institucional da atividade de pesquisa educacional, foram as raras vezes em que os autores da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), manifestaram a presença dos resultados de pesquisa aplicados nas

reformas educacionais que então ocorreram no país. As reformas educacionais, de modo geral, evidenciam a necessidade de estudos mais profundos, por atividades de pesquisa que diretamente estejam agregadas em centros de investigação, constituídos na área da educação.

A partir de um contexto social frágil, de pouca mobilização e de um quadro de profundas desigualdades sociais, o processo de constituição das instituições de pesquisas educacionais suscitam duas problematizações correspondentes, em se tratando da fragilidade de seu processo constitutivo e de seu desenvolvimento. Trata-se [2.1] quanto a capacidade de compromisso e de afirmação social destas instituições e, de modo relacionado, [2.2] a formação de uma identidade de procedimentos no trato da realidade e de sua reconstrução.

Observa-se que as instituições nacionais, inclui-se as de pesquisas educacionais, possuem frágil vinculação com as demais atividades e instituições sociais. Os espaços ocupados em sociedade pelas instituições de pesquisas educacionais são restritos, visto a limitação de suas funções, em se tratando dos objetivos para que foram criadas, levando-se em consideração o modo de sua constituição e de seu desenvolvimento. De acordo com Bem Morris (1956), é essencial a presença comunitária na pesquisa educacional e de participação de entidades populares junto aos centros de pesquisas educacionais. Uma consagração institucional, quando se atinge tal nível de envolvimento com a sociedade.

Enquanto procedimentos investigativos, a pesquisa educacional no Brasil não constituiu, enquanto atividade em fase de institucionalização, modelos prévios e critérios de investigação para uma sociedade em transformação, a partir de sua inserção ao capitalismo em expansão. Ao contrário, foram importados modelos educacionais prontos e/ou adaptados às condições diversas e adversas da sociedade brasileira, em se tratando das matrizes capitalistas destes modelos. Procedimentos investigativos que precisavam se antecipar aos problemas educacionais em ascensão no país.

4- Considerações finais.

Este artigo busca a compreensão do processo de institucionalização da pesquisa educacional no Brasil. Compreensão que leva em conta os debates acerca da temática ora trabalhada, em artigos da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP). Para compreensão do processo de institucionalização da pesquisa educacional no Brasil, a pesquisa buscou aspectos em Florestan Fernandes, que pudessem subsidiar um entendimento sobre a institucionalização das atividades sociais. De modo específico, o mesmo trajeto é realizado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), na busca pelos aspectos quanto o entendimento da pesquisa educacional, como atividade e enquanto parte deste mesmo processo.

Em linhas gerais, podemos entender que a pesquisa educacional passa a ter relevância social quando assume a tarefa de fornecer subsídios, com fins de intervir juntamente em uma sociedade, no apoio quanto ao ordenamento de certas mudanças. É sob o clima de transformação produtiva e de reorganização social, que a educação é convocada para participar como agente formadora. Especificamente, essas alterações dizem respeito na capacidade de gerar ou adaptar modelos de formação, assim como o gerenciamento de um sistema educacional. É a partir deste tipo de abordagem que considera-se possível a identificação de uma demanda objetiva sobre a educação e as pesquisas educacionais, culminando, esta última, em sua formalização e normatização.

A partir disto, os planejadores em educação, assim como os de outros setores sociais, necessitam que pesquisas educacionais contribuam com o processo de mudanças sociais, induzidas pelas políticas de desenvolvimento. Os planejadores da educação precisam introduzir novos critérios de formação, para um melhor aproveitamento do trabalho humano. Daí a necessidade da pesquisa educacional em contribuir para diagnosticar, interpretar e resolver estes problemas.

Em síntese, é inegável que a vida cotidiana necessita de referências para sua condução regular e planejada. A capacidade de assegurar o presente e suas condições de viver são fundamentais. Deste modo, não é possível o entendimento de uma vida desprotegida das intempéries do ambiente. De outro modo, a vida se reinventa, as condições se transformam e as necessidades se ampliam. Desta forma, o que era sedimentado, se fissa. Nestas circunstâncias é preciso se reinventar, constituir novos

processos, novas referências, novos modos de viver. Também não é possível uma vida desprotegida pelos novos desafios do ambiente. As instituições são constituídas como mecanismos de auxílio à sobrevivência de uma coletividade e delas espera-se não somente a manutenção de certos padrões, de certa ordem, mas ao mesmo tempo os subsídios necessários de adaptação as novas condições de viver.

Referências:

ALVARENGA, Lídia. “Contribuições para os estudos sobre a pesquisa educacional no Brasil: análise bibliométrica de artigos da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1944-1974)”. In **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, s/ed., 2000, v.81, n.198, p. 244-272.

_____. A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil: estudo bibliométrico dos artigos publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1944-1974). Tese de doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 1996. 249p.

CARDOSO, Miriam. “Florestan Fernandes: a criação de uma problemática”. In **Estudos Avançados**, São Paulo, s/ed, 1996, v.10, n.26, p. 89-128.

CURY, Carlos. “Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65”. In **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, s/ed, 2005, s/v, n. 30, p. 7-20.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1974. 359 p.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 157 p.

_____. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966. 614 p.

_____. **A sociologia numa era de revolução social**. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 377 p.

_____. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. 2ªed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1971. 423 p.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 4ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 283 p.

_____. **Universidade brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. 275 p.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2011. 504 p.

GAMBOA, Sílvio. Epistemologia da pesquisa em educação: estruturas lógicas e tendências epistemológicas. Tese de doutorado. Campinas/SP, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1987. 229p.

HYLLA, Erich. “A natureza e as funções da pesquisa educacional”. *In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, s/ed., 1956, v. 26, n. 63, p. 78-90.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (Inep). “Relatório preliminar da primeira conferência internacional de pesquisas educacionais”. *In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, s/ed., 1956, v.26, n.63, p. 123-157.

LAUWERYS, Joseph. “Pesquisa educacional no Reino Unido”. *In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, s/ed., 1963, v.39, n.90, p. 24-34.

MORRIS, Bem. “A pesquisa educacional na Inglaterra e no País de Gales”. *In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, s/ed., 1956, v.26, n.63, p.32-53.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2008. 473 p.